

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: INVENÇÃO REINVENTADA

Avanço de investigação em curso

GT 25: Educação e Desigualdade Social

Liamara Teresinha Fornari
Instituto Federal Catarinense – Câmpus Concórdia

Resumo

O ensino superior no Brasil, a partir de 2009, ganha um novo elemento para análise: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses são apresentados como uma “revolução” em termos educacionais por articular em sua estrutura, de maneira verticalizada, diferentes níveis de ensino. Busca-se compreender o real significado dessas instituições tanto em termos de crítica ao papel que desempenham, quanto de possibilidades para a classe trabalhadora na construção de uma sociedade mais justa. Intenta-se principalmente demonstrar que, ao contrário do que dizem os documentos oficiais do governo, os IFs não se apresentam como uma forma efetiva de possibilidade de emancipação, na medida em que, direta e indiretamente, condizem com as orientações para as políticas educacionais advindas de organismos internacionais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Institutos Federais de Educação; Desigualdade Social.

Introdução

O ensino superior no Brasil, a partir da criação da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 2009, ganha um novo elemento a ser analisado: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Esses Institutos aparecem como uma “revolução” em termos educacionais por articular em sua estrutura, de maneira verticalizada, diferentes níveis de ensino (ensino técnico integrado ao ensino médio, cursos de formação continuada, cursos superiores e até mesmo de pós-graduação).

Neste trabalho, busca-se compreender o real significado dessas instituições para a realidade social brasileira tanto em termos de crítica a forma e papel que desempenham, quanto de possibilidades para a classe trabalhadora na construção de uma sociedade mais justa. Intenta-se demonstrar que, ao contrário do que dizem os documentos oficiais do governo brasileiro, os IFs na prática não são uma forma real e efetiva de educação para todos, ou seja, na forma como estão sendo pensados e funcionando não se constituem efetivamente como um fator de democratização do ensino como em tese se propõem.

De maneira específica, no ensino superior dessas instituições cujos cursos orienta-se que sejam nas áreas técnicas consonantes aos arranjos produtivos locais ou de licenciatura em Matemática, Física e Química, percebe-se que estes foram/estão sendo criados para resolver demandas imediatas de problemas de carência de professores na educação básica no caso das licenciaturas, ou apenas necessidades do mercado no caso dos demais cursos. Assim, os IFs respondem, na verdade, às exigências dos organismos internacionais (Banco Mundial, UNESCO, OMC) no que se refere a educação nos países subdesenvolvidos. Essas orientações seguem o princípio de um ensino voltado para a chamada sociedade do conhecimento, onde o que se requer é uma formação de trabalhadores

com capacidade de “inovar” e dar conta de determinadas tarefas com certa autonomia, de maneira a atender as novas exigências do processo produtivo capitalista.

Da forma como estão se constituindo, os IFs são mais uma forma de reiterar a condição de dependência do Brasil. Com efeito, para a discussão desse conceito de dependência utiliza-se nesse trabalho como pano de fundo algumas teorizações de Florestan Fernandes quando faz referência a constituição de uma burguesia dependente da burguesia internacional e as consequências sociais disso para um país subdesenvolvido como o Brasil. Assim, pode-se dizer que travestidos de “novidade revolucionária” os IFs se apresentam apenas como mais uma medida paliativa para resolução de problemas profundos de desigualdade educacional e social. Na medida em que são apenas medidas paliativas, se tornam também elementos de manutenção de uma ordem em cuja essência encontra-se a desigualdade social.

Vale a ressalva de que esse trabalho tem a característica de ser introdutório, de ser uma primeira reflexão a respeito do tema. Considerando esse aspecto e a limitação própria de um artigo faz-se aqui num primeiro momento um esboço a respeito da realidade social brasileira, embasada principalmente em algumas análises de Florestan Fernandes. O segundo momento é referido a um breve histórico e análise dos documentos nacionais sobre os IFs. Num terceiro momento, a guisa de conclusão, são expressas as identificações pertinentes a temática dos IFs numa breve análise de alguns documentos internacionais para a educação. Assim, a finalização do presente trabalho se dá com algumas considerações que expressam o movimento das prerrogativas dos documentos dos organismos internacionais nas definições das políticas educacionais, que direta ou indiretamente definem a dinâmica dos IFs e as consequências disso para a manutenção das condições de desigualdades postas na realidade social brasileira.

Apontamentos sobre a realidade social brasileira, algumas contribuições de Florestan Fernandes

O desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos se dá de forma específica e esta indica elementos fundamentais para a compreensão da educação nesses países. Estes elementos nos permitem identificar o caráter de dependência destes países também na área educacional, na medida em que esta é pensada e determinada pelas decisões tomadas em conferências e no âmbito de organismos internacionais. A gestão do processo educacional fica a critério de cada país, desde que seguidas as orientações internacionais.

A questão que se levanta é referente a efetiva possibilidade de haver emancipação da classe trabalhadora num cenário sociopolítico de crescente desigualdade social, concentração da renda e intensificação de um processo de imperialização de conglomerados econômicos. E mais, essa possibilidade poder ser construída dentro de instituições educacionais, como por exemplo, através dos IFs. Nesse sentido, é fundamental compreender quais as características da realidade social brasileira para poder se pensar nas possibilidades de emancipação da classe trabalhadora e superação das desigualdades educacional e social.

Fernandes (1981), busca compreender o capitalismo dependente brasileiro, que consiste em uma forma específica de desenvolvimento capitalista. Neste as burguesias locais aparecem como sócias menores e subordinadas das burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo. O que caracteriza um capitalismo brasileiro hipertrofiado pois desenvolve-se de maneira desigual e combinada com crescente concentração de renda e miséria. Reitera-se assim, ao longo da história brasileira, o que Florestan Fernandes chamou de “modernização do arcaico”.

Pode-se ter uma melhor compreensão desse processo através do conceito de dominação, esta incide sobre os países latino-americanos, desde a colonização, devido, primeiro, à evolução do capitalismo e, segundo, pela incapacidade desses países de impedir sua própria incorporação na forma dependente, seja no espaço econômico, político ou cultural, pelas sucessivas nações hegemônicas.

O tipo mais recente de dominação externa surgiu com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos e representa o capitalismo corporativo ou monopolista. Aparece agora, segundo Fernandes (1981), um imperialismo total (dominação externa compartilhada por diversas nações) e não mais restrito como antes. “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social” (Fernandes, 1981, p.18). Nessa forma de imperialismo, fica provado que uma economia satélite não tem condições estrutural e dinâmica para superar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia, o subdesenvolvimento do país e suas consequências.

A dependência não é mero acidente ou condição, ela é necessária para a articulação estrutural de dinamismos externos e internos que requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceito como compensadora, útil e criadora pelo outro pólo. A burguesia nacional busca se realizar através da burguesia imperialista, sendo essa a ética e a racionalidade do capitalismo dependente.

Para Fernandes (1981), as inconsistências das burguesias latino-americanas advêm do fato de que elas instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Anula as participações econômicas, culturais e política das classes trabalhadoras, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão de mundo e levando-a a liquidação como agente histórico revolucionário. A burguesia nacional, se defendendo da ameaça mais fraca, ficou impotente diante da ameaça mais forte, isto da burguesia internacional.

Ainda, é essencial compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil de acordo com sua estrutura. Esta, por sua vez, se constitui em um desenvolvimento capitalista provocado de fora para dentro, pelas economias centrais e controlado também de fora. É nesse ponto que se dá o diferencial entre esse desenvolvimento na periferia e nas economias centrais. No caso dos países periféricos o capitalismo aparece travestido de supermoderno, de atual.

Diante desse cenário de dependência que caracteriza o Brasil evidencia-se uma maior dificuldade de discussão e execução de políticas educacionais como a dos IFs, uma vez que não é possível fazer uma separação estrita entre economia, política e educação. Por isso o movimento de compreensão do que propunham os documentos dos organismos internacionais, principalmente Banco Mundial e UNESCO, nos fornece elementos de análise sobre o que significam os IFs num contexto social ainda dependente como o brasileiro.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: histórico e inserção nos documentos nacionais sobre educação.

Compreender o surgimento dos IFs requer uma breve análise sobre as mudanças na formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, existe uma configuração urbano industrial com dimensões técnicas e ético-políticas. Até o início do século XX o que se tem no Brasil é uma formação técnica no próprio local de trabalho, exceto a formação universitária nas áreas do Direito, Medicina e Engenharia. Posterior a isso tem-se também a constituição do ramo tecnológico da educação escolar, surgido por volta da década de 1960 formado por um pequeno grupo de instituições, as chamadas escolas técnicas e agrotécnicas federais.

A partir, principalmente, da segunda metade da década de 1980, tem-se a implantação das políticas neoliberais no Brasil, as quais exigiram mudanças na formação para o trabalho complexo. Assim, tem-se reformulações e alterações na educação básica (formação para o trabalho simples) e alterações significativas na formação para o trabalho complexo, ou seja, principalmente o de nível superior. A oficialização desse processo se expressa na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) através da divisão do ensino em duas partes: 1. Educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); e, 2. Educação superior.

Nesse sentido, é possível compreender um pouco da contradição onde se inserem os IFs. Pode-se dizer que estes, atendem duplamente aos ditames neoliberais para a educação formando para o trabalho simples através do ensino profissionalizante. E em medida específica, paliativa em algumas áreas como as de Matemática, Física e Química, através do ensino superior, forma para o trabalho complexo.

No período compreendido entre os anos de 1995 a 2003 houve uma ação por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso pelo fim do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. A formalização desse processo se deu em 2002 com o Plano Nacional de Educação com validade de dez anos. Esse plano foi pensado considerando “o Brasil, na nova divisão internacional do trabalho, seguindo sua 'vocação' de produzir inovações tecnológicas para aumentar a produtividade capitalista do trabalho em âmbito nacional e mundial” (Neves e Pronko, 2008, p.69).

Com a eleição do governo de Luis Inácio Lula da Silva em 2002 cria-se a expectativa de mudança paulatina nas políticas neoliberais de educação que vinham sendo implementadas desde a década de 1990. Contudo, é possível afirmar que esse governo deu continuidade ao processo anteriormente iniciado, porém com uma formatação nova e com uma dose um pouco maior de democracia e possibilidade de participação popular.

O governo Lula marca sua continuidade das políticas neoliberais (embora com características distintas, travestidas de modernas e até mesmo de democráticas) nos decretos 5.224 e 5.225 de 2004. Nestes é admitida a possibilidade de existência de universidades tecnológicas, por exemplo. Instituído-se assim uma dualidade de fins entre universidades e centros tecnológicos, introduzindo um patamar superior na diversidade institucional do subsistema de educação profissional e tecnológica.

Pode-se dizer que esses decretos contribuíram para o aumento da produtividade e da competitividade de produção material e simbólica da riqueza, na medida em que garantiram o acesso e formação “maior” da população. Isso se caracterizou como uma vantagem imprescindível para a instalação de novas empresas multinacionais no país, o que possibilita certa estabilização da hegemonia da classe dominante, principalmente em tempo de mudanças qualitativas nas relações sociais capitalistas.

O projeto de lei 7.200 de 2006 para a reforma do ensino superior possibilitou a instauração de um modelo escolar constituído por poucos centros de excelência de produção do conhecimento científico e tecnológicos. E por inúmeras instituições formadoras de força de trabalho para ocupação de postos qualificados na produção de bens e serviços, na administração pública e nos diversos e sempre mais complexos organismos da sociedade civil.

Nessa discussão é bastante significativa a percepção que o governo tem em relação aos IFs. Eliezer Pacheco¹ em texto intitulado Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica (2011) diz que a educação, particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, foi perdendo ao longo do tempo suas referências. E que, como política social capaz de propiciar a emancipação, deve ter sua força renovada por meio de projetos criativos e desafiadores.

Aponta para o fato de que as políticas neoliberais e o processo de sucateamento das universidades e instituições de ensino federais, levaram a quase inviabilidade destas. Para superação dessa condição e a construção de um “novo mundo possível” seria necessário fazer oposição ao neoliberalismo.

Essa oposição, segundo o autor, pode ser constituída através da formação dos cidadãos para o mundo do trabalho. Assim, os IFs são vistos como síntese do que de melhor se constitui a Rede Federal de educação. Pois são caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um

1 Foi secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente é secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

conceito que pretendem antecipar as bases de uma sociedade contemporânea do futuro (Pacheco, 2011 p. 12).

Os IFs são vistos como modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica por estar embasado em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. Também são vistos como espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros.

Essa inovação seria possível pela forma verticalizada como os IFs são estruturados: atuação em cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada ao ensino médio (50% das vagas), licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podem ainda oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. Essa verticalização permitiria ao docente uma atuação em diferentes níveis de ensino e aos discentes o compartilhamento de espaços de aprendizagem, podendo nessa instituição ir do curso técnico ao doutorado.

Além dessas modalidades de ensino os IFs também possuem cursos profissionalizantes de curta duração desenvolvidos em tempos diferentes e conforme determinadas demandas sociais específicas. Tem-se, por exemplo, cursos como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Mulheres Mil que tem como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas para garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (Proeja) que abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos.

Nesse mesmo sentido, de entender os IFs como inovações, está sua característica de ser multicampi, o que contribuiria para o desenvolvimento do compromisso de intervenção, identificação de problemas regionais e criação de soluções técnicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Por isso a compreensão é de que nessas instituições dever-se-ia ir além do entendimento da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado.

Para o documento oficial do governo é fundamental que na busca do pleno exercício da cidadania, seja garantido o acesso à informação, impedindo seu monopólio. Porém, para a classe trabalhadora, para que se possa instrumentalizar os menos favorecidos não basta o acesso à informação, é fundamental que se tenha o acesso ao conhecimento historicamente construído pela humanidade.

É ampla e significativa a autonomia financeira, didática e organizacional dos IFs, o que é bem importante para o desenvolvimento da ciência, do conhecimento como um todo. Porém, os mecanismos de avaliação dos cursos superiores, por exemplo, são os mesmos das universidades. Assim, parece haver outra contradição referente ao IFs, pois essa forma inovadora na medida em que é avaliada por formas antigas perde grande parte de sua autonomia, principalmente didática.

As limitações desse tipo de compreensão quando desvinculadas de uma análise mais profunda da realidade social brasileira esbarram na contradição entre fazer uma proposta pretensamente “revolucionária” e as reais possibilidades destas acontecerem. Assim, quando não há uma articulação desse tipo de proposta com um movimento de transformação social, estas podem mais ser utilizadas como mecanismos de controle da ordem social estabelecida atendendo, portanto, os ditames do mercado apenas.

Assim, o autor deixa transparecer um caráter reformista nas suas proposições (que são também as do governo como um todo, uma vez que ele representa esse governo) quando indica que “a educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social” (p.08).

Os IFs são vistos como incubadoras de políticas sociais. Um olhar menos atento e tem-se a impressão de que estes possuem um enorme potencial de mudança, porém um olhar mais acurado e

aprofundado deixa evidente que a concretude da proposta é frágil, uma vez que não leva em consideração a realidade social brasileira. Esta realidade que é caracterizada por uma profunda desigualdade social alicerçada num desenvolvimento econômico dependente e frágil, conforme visto em Florestan Fernandes.

Não se quer fazer aqui uma crítica pela crítica, é preciso compreender que os IFs não são bons ou ruins, eles possuem uma potencialidade incrível de repensar a sociedade e a educação num determinado aspecto, e nesse sentido é fundamental a articulação com outros níveis e instituições de ensino. Porém, os IFs não podem ser vistos como ilhas, nem é possível desconsiderar tudo o que as universidades já desenvolveram, contribuindo inclusive para que os IFs pudessem hoje existir.

Os IFs também aparecem numa posição estratégica para a formação de professores para a educação básica (especialmente nas áreas de Ciência e Matemática), para a educação profissional e tecnológica, bem como para programas especiais de formação pedagógica. Os IFs podem, nesse sentido, desempenhar um duplo papel: 1. ser de fato um contraponto às instituições de ensino privadas que se disseminaram no Brasil principalmente a partir da década de 1990, oferecendo possibilidade de educação pública para quem não tinha acesso; 2. podem ser um fator de diferenciação do ensino oferecido dentro da esfera federal de educação, os IFs não são universidades, porém oferecem curso de nível superior a pós-graduação. Esse segundo elemento parece ter significativas implicações quando analisado a partir dos documentos para a educação dos organismos internacionais conforme segue no item seguinte.

A guisa de conclusão: breve análise dos documentos internacionais para educação

Analisar os documentos internacionais que indicam os rumos da educação pressupõe pensar qual o objetivo da educação como um todo, no caso aqui em especial, dos IFs. Nesse sentido, com a nova lógica de acumulação do capital, surgem novas exigências para a formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo, o que requer alterações periódicas no conteúdo e na forma de preparação para o trabalho.

Vale a ressalva de que, não como uma regra imexível, tem-se que o ramo científico é visto como um meio para formação das funções de direção. Enquanto que o ramo tecnológico tem sua relação com a educação e produção de bens e serviços, levando a uma formação de especialistas e dirigentes no âmbito da produção.

Assim é possível dizer que as políticas para ciência e tecnologia para os países subdesenvolvidos atendem os interesses da classe dominante, não permitindo margem para que se materializem ideias e ideais organizados e pensados pelos trabalhadores e seus aliados. É possível observar que em alguns momentos há um recuo ou diminuição no ritmo de implementação dessas políticas.

Com efeito, nas duas últimas décadas o Banco Mundial (principal órgão definidor de políticas educacionais em âmbito internacional) está numa fase de desenvolvimento de reformas ditas de segunda geração que abrangem aspectos: fiscal, educacional, institucional, desregulamentação, abertura econômica, privatização, programas sociais voltados para as camadas mais pobres da população e desenvolvimento sustentável.

Suas ações que se centram na prestação de assistência técnica e financeira na área das políticas educacionais são fundamentadas em dois principais documentos: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995) e *La educación em los países em desarrollo: peligros e promesas* (2000). Portanto, é contínua a preocupação do Banco Mundial “com a escolarização dos mais pobres e demais excluídos da educação superior, em especial as mulheres e determinados grupos linguísticos, étnicos e religiosos, uma vez que continua a reelaborar diretrizes gerais e setoriais de políticas para países periféricos” (Neves e Pronko, p.110). Não por acaso os IFs têm diversos programas de formação aligeirada para públicos em especial de vulnerabilidade social como Mulheres Mil, Pronatec, Proeja,

etc. Evidencia-se assim, o atendimento de políticas concebidas na década de 1990 e implementadas na década de 2000.

No século XXI a educação busca atender as diretrizes gerais do capital para reestruturação da chamada sociedade do conhecimento. Segundo Neves e Pronko (2011) é “por meio dessas novas orientações que o capital em nível internacional e local, propicia uma submissão mais intensa da escola à produção capitalista e consolida sua hegemonia nos países de capitalismo dependente, evitando, desse modo, que a organização popular por direitos venha a questionar sua 'única solução possível" (p.111).

Os documentos internacionais se referem a educação terciária e a massificação da educação superior, entendendo como educação terciária o Banco Mundial faz referência a um nível ou uma etapa de estudos posterior à educação secundária, podendo acontecer em universidades, institutos, no local de trabalho, etc. Também nesse ponto os IFs aparecem em um contexto contraditório, por ocupar um espaço público cuja orientação é que interesse ao espaço privado. Por isso diversos programas educacionais são oferecidos tanto por instituições públicas, na figura dos IFs como em instituições privadas.

O papel dos IFs na sua condição de públicos deveria e poderia ser de potencializar o conhecimento (ensino), pesquisa e extensão perpassando diferentes níveis de ensino. Em tese a lei 11.892 de 2008, que institui os IFs prevê tal concepção, em tese apenas, pois na prática conforme visto, eles parecem servir aos mais diversos interesses governamentais, políticos e econômicos, em escala mínima os interesses sociais e da classe trabalhadora.

Nesse sentido, cabe observar que há uma importante contribuição a ser desenvolvida pelos IFs em pelo menos dois aspectos: 1. na forma como está articulado com a comunidade onde está inserido; 2. no próprio exercício docente de ministrar aulas em diferentes níveis de ensino e potencializar com isso, entre professores e alunos, a visão de totalidade do conhecimento.

O Banco Mundial vê como instituições diferentes os institutos profissionais e os institutos técnico-profissionais, este segundo estaria estruturado em outro nível, destinados a desenvolver destreza prática necessária à realização de trabalhos específicos, podendo paralelo ao ensino médio e a ele se integrar.

Os IFs parecem ter sido criados como uma mistura dessas definições/categorias do Banco Mundial, o que, considerando as diretrizes internacionais para educação, não parece ter sido para atender as reais demandas da classe trabalhadora da sociedade brasileira, mas sim aos interesses e necessidades da etapa atual do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema.

Assim, os IFs claramente se encontram na perspectiva do ensino apenas, o que pode ser considerado uma forma de empobrecimento da constituição teórica do conhecimento científico, que tem seu reconhecimento na construção coletiva. Nesse contexto, os cursos de ensino médio nos IFs, por historicamente não serem considerados “acadêmicos” não parecem sofrer com isso. Já os cursos superiores, principalmente as licenciaturas, por terem um caráter de obrigação na sua oferta – fruto da necessidade de atender a carência de professores nas áreas de Física, Química e Matemática, tendem a sofrer maiores perdas, pois centram-se majoritariamente no ensino.

Nas palavras de Neves e Pronko (2008)

A imensa diferenciação horizontal e vertical do sistema de educação terciária sedimenta, ainda, uma tendência a apagar gradativamente os limites existentes entre os vários níveis, ramos e modalidades de ensino, ao viabilizar atividades conjuntas de ensino básico e de nível superior, ao mesclar atividades de formação escolar regular com atividades de formação técnico-profissional e ao unificar a estrutura e o funcionamento da formação de especialistas do campo científico e do tecnológico. Com isso a formação para o trabalho complexo na atualidade assume, nas sociedades capitalistas periféricas, uma estratificação antes nunca vista (p.131).

Ainda, o Banco Mundial divide em três níveis a educação superior nos países subdesenvolvidos: 1. nível intensivo que abrange universidades seletivas para quem irá ocupar cargos e

posições de liderança; 2. nível intermediário composto por institutos profissionais para formação de especialistas; 3. nível básico com instituições para formar os profissionais para postos menos especializados no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os IFs, dependendo de sua qualidade podem estar em nível intermediário, ou em um mesmo IF ter-se cursos que atendam ao nível dois e três. Dificilmente serão considerados nível um, pois sua “função” é especificada pelas determinações do chamado mercado produtivo para atender as necessidades da produção capitalista.

Assim, os IFs são uma potencialidade do governo para solucionar problemas imediatizados pelas condições sociais postas em cada período, ou seja, os IFs, no sistema educacional brasileiro, são como curingas no jogo do baralho, podem servir para qualquer interesse. Em absoluto, não se quer levar a ideia de que essas instituições são de todo ruim, pois embora utilizados como curinga, possuem em si uma grande potencialidade no desenvolvimento de uma educação libertadora. Além desse caráter os IFs podem também ser vistos como mais um exemplo, na histórica educacional brasileira, daquilo que Florestan Fernandes chamou de modernização do arcaico, uma reinvenção reinventada.

Bibliografia

Banco Mundial (1994). *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1ª. Ed.) Washington, USA: BM.

Banco Mundial (2000). *Educación Superior en los Países en Desarrollo: peligros y promesas*. Washington, USA: BM.

Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: mar. 2013.

Brasil (1999). Projeto de Lei nº 7.200/2006. Estabelece normas gerais de educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: mar. 2013.

Brasil (2004). Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos centros federais de educação tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 02 out. 2004.

Brasil (2004). Decreto nº 5.225, de 01 de outubro de 2004. Altera dispositivos do decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 02 out. 2004.

Brasil (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos de Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: mar. 2013.

Fernandes, F. (1981). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (3ª. Ed.). Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora Zahar.

Neves, L. M. W. & Pronko, M. A. (2008). *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado. Da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ, BR: EPSJV.

Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo, SP, BR: Moderna.